

## **Apresentação**

A presente edição da Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem o intuito de dar continuidade ao trabalho de divulgação da produção intelectual dos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com a publicação de artigos técnicos científicos e de peças processuais que abordam temas relevantes na atualidade e que estão sendo objeto de estudo dos pesquisadores e profissionais do Direito.

Os temas apresentados estão afetos à missão constitucional que foi conferida ao Ministério Público, como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, destacando-se principalmente a importante função da promoção da ação penal pública. O enfoque dado aos trabalhos é o da busca da promoção dos direitos humanos, no reconhecimento da dignidade de cada ser e da necessidade de proteção das minorias.

A maior parte dos textos trata da dimensão constitucional do Ministério Público e sua repercussão no Processo Penal, abordando assuntos como a violência sexual praticada contra a criança e o adolescente, a violência praticada contra a mulher e o seu instrumento de proteção, que é a Lei Maria da Penha, a nova configuração dada ao crime de estupro, a melhor interpretação dada ao quesito absolutório no Tribunal do Júri, ao respeito ao devido processo legal na formulação de perguntas às testemunhas e também as violações aos direitos humanos que extrapolam as fronteiras de nosso país relacionadas a conflitos armados ocorridos no continente africano.

As questões de matérias cíveis tratam de temas relevantes para a defesa dos interesses sociais, quais sejam: a concessão de direito real de uso na regularização fundiária do Distrito Federal, a usucapião de imóvel urbano em área de parcelamento irregular, bem como a

legitimidade do Ministério Público para promover ação civil pública visando à anulação dos Termos de Acordo de Regime Especial - TARE, firmados entre o Distrito Federal e diversas empresas para a redução de alíquotas do ICMS e a recomposição aos cofres públicos dos prejuízos sofridos.

O Conselho Editorial espera que os artigos e peças processuais trazidos neste exemplar levem o leitor a uma reflexão e que o auxilie tanto na prática jurídica como na pesquisa para fins acadêmicos.

Esta obra somente foi possível com o trabalho dedicado dos conselheiros, de todos os servidores que participaram das diversas fases das atividades de produção e da colaboração inestimável dos autores.

**Maria Anaídes do Vale Siqueira Soub**

Coordenadora da Conselho Editorial